

## PRIMEIRA LINHA ENTREVISTA

RICARDO SERRÃO SANTOS MINISTRO DO MAR

# “As pescas são um setor que precisa de ser reestruturado”

Ricardo Serrão Santos, ministro do Mar, diz que a renovação das pescas não pode ser encarada “num contexto de demonização” deste tipo de ações e defende um diálogo “muito grande” com o setor tendo em vista a modernização da frota.

**CELSO FILIPE**  
cfilipe@negocios.pt  
**BRUNO COLAÇO**  
Fotografia

O ministro do Mar, Ricardo Serrão Santos, considera que as jaulas “offshore” são uma oportunidade para produzir peixe em cativeiro e que, para tal, é preciso “resolver os problemas de competição por espaço”.

**A Associação dos Armadores de Pesca diz que a Estratégia Nacional para o Mar fala pouco sobre o setor e que dá a impressão de que a atividade é um problema para o país. Como reage a esta observação?**

As pescas são um setor muito diverso e polissémico. É um setor que precisa de ser reestruturado e essa reestruturação tem de ser feita num diálogo muito grande com o setor. Precisa de ser renovado. Tem embarcações, muitas delas, com muito baixa tonelagem, envelhecidas e pouco rentáveis. Por isso é que existem salários bastante baixos no âmbito da economia do mar. Isto é um assunto que tem de ser revisto, exige uma concertação muito forte com as organizações de produtores e as associações de pesca e que não pode ser encarado num contexto da demonização de ações de reestruturação ou renovação. Mas é necessário fazê-la.

**Como se pode concretizar?**

Temos de utilizar fundos, em alguns casos subsídios para que uma renovação se possa fazer. Isto por vezes é demonizado porque na Agenda 2030 das Nações Unidas há uma referência ao facto de os subsídios perniciosos deverem ser evitados a todo o custo. É uma verdade que aceito, reconheço e reproduzo.

**Neste contexto, qual o caminho que se deve seguir?**

Os subsídios nas pescas durante muitos anos, de facto, foram eles que nos conduziram a situações de subversão de recursos. Esta assunção que aparece no objetivo 14 da Estratégia de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas diz que há subsídios perniciosos, mas

também diz que existem zonas que precisam de ser apoiadas. Há que encontrar, em conjunto com alguns setores das pescas, formas de melhorar as suas frotas. Nós somos o quarto maior país da Europa em número de embarcações mas somos o que está mais abaixo em termos de tonelagem. Ou seja, temos muitos barcos, antigos, pequenos, que constituem um problema para a modernização de frota. E quando falamos em modernização, falamos em modernização energética, de segurança a bordo. E também alguns aspetos relacionados com as artes de pesca que essas embarcações usam, a eficácia das capturas. E isso pode ser melhorado. Mas é um terreno que precisa de ser trabalhado num diálogo

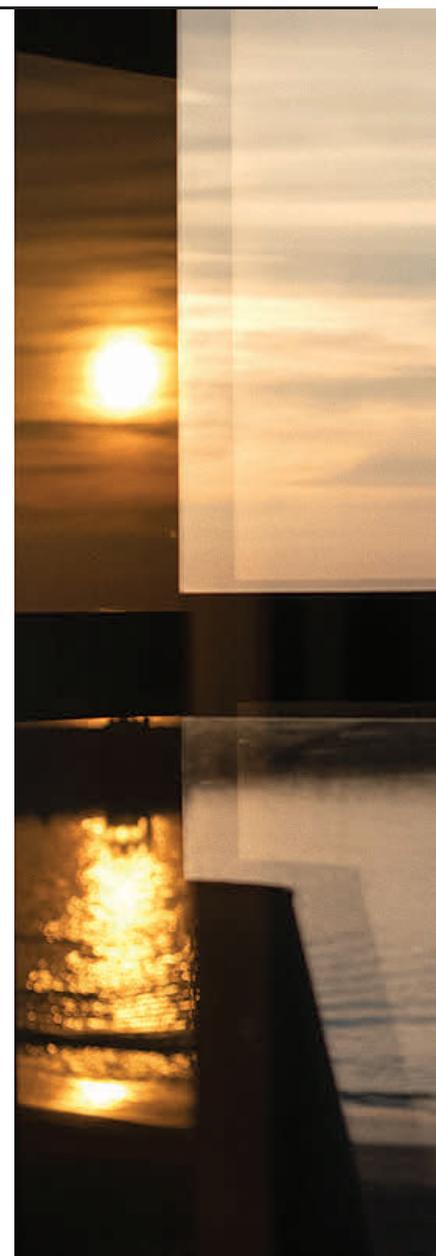
muito grande com as associações de pesca e as organizações de produtores. Por outro lado temos algumas áreas das pescas com uma eficácia muito grande que terá capacidade, através do acesso a crédito e de investimentos, de se modernizar.

**A aquicultura poderá ser uma alternativa à pesca tradicional?**

Tem havido um esforço para tornar o profissional da pesca mais polivalente. A aquicultura já deu um salto em Portugal. Há sempre muitas discussões, muito mar, muita costa e pouca aquicultura. Note que se olharmos para a nossa costa ela é muito exposta, temos uma plataforma costeira muito profunda e o hidrodinamismo é muito complexo. Não é possível comparar com o Chile ou a Noruega. São zonas abrigadas. Nos últimos 10, 15 anos, deu-se a reconversão tecnológica na aquicultura para as jaulas de “offshore”. E aí temos uma oportunidade de produção de peixe em cativeiro. Neste momento ainda estamos numa fase em que temos de resolver problemas de competição por espaço que exige muito diálogo e trabalho. A aquicultura é um deles, as energias oceânicas são outro. É preciso que haja coabitação e compreensão de benefícios eventualmente mútuos. O nível de importação de pescado é muito grande, algum para alimentar a nossa indústria de transformação que é muito importante. Não é um mal em si importarmos, mas podíamos produzir mais. Por exemplo, esta-

**“O setor das pescas tem embarcações com baixa tonelagem, envelhecidas e pouco rentáveis.”**

**“O nível de importação de pescado é muito grande. Podíamos produzir mais.”**



mos a importar muita dourada e robalo de Mediterrâneo, podíamos produzi-lo aqui. Mas é um caminho que se está a fazer.

**Em que ponto se encontram os trabalhos para a extensão da plataforma continental?**

Está em processo de avaliação em Nova Iorque. São processos muito longos de prova e contra-prova que os sedimentos representam uma continuidade do nosso território submarino, solo e subsolo. Entretanto, com a pandemia, todas as reuniões pararam completamente.

**Portugal tem batalhado muito por esta extensão. Que benefícios poderá trazer ao país?**

É muito importante referir que com esta extensão não aumentámos a nossa zona económica exclusiva, mas apenas a plataforma de solo e subsolo. O que ganhamos é o capital natural. Neste momento não são recursos. ■



## PERFIL

### Do Alentejo para os Açores

Ricardo Serrão Santos nasceu longe do mar, em Portalegre. Apesar da distância, o atual ministro do Mar construiu uma carreira profissional à volta dos oceanos e da biologia marinha, sendo investigador principal da Universidade dos Açores, onde foi diretor do Departamento de Oceanografia e Pescas entre 2001 e 2011. Nascido na capital do Alto Alentejo em 1954, casado e pai de dois filhos, vive entre as ilhas de São Miguel e Faial, agora com paragem assídua em Lisboa. Entre 2014 e 2019 foi eurodeputado e membro e efetivo da Comissão das Pescas e da Comissão da Agricultura e Desenvolvimento Regional. No Parlamento Europeu foi ainda vice-presidente de dois Intergrupos “Mudanças Climáticas, Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável” e “Mares, Rios, Ilhas e Zonas Costeiras”. É membro de diversos conselhos consultivos de organizações internacionais, entre os quais o EOOS - European Ocean Observing System, ou o BiodivERsA e é desde 2008 membro emérito da Academia de Marinha de Lisboa.

## “A nova lei do ordenamento marítimo é mais democrática”

Ricardo Serrão Santos explica que o aumento do número de registo de navios na Madeira se deve ao facto de este dar “mais segurança” aos armadores e também porque “a ética está a mudar a nível mundial”.

### Houve uma mudança na lei que permitiu o aumento do número de registos de navios na Madeira. Quais são os ganhos para Portugal?

Temos mais navios com a nossa bandeira e, obviamente, há sempre recursos financeiros que se obtêm. Neste momento somos o terceiro ou quarto registo europeu. É necessário ver que se trata de um registo feito com regras, rigor e ética, e é bom saber que há navios que, registados em zonas extremamente obscuras, estão a procurar

sair delas para virem para registos mais sólidos como é o registo de navios da Madeira.

### Porque é que isso acontece?

Dá-lhes mais segurança, a eles e aos clientes. A ética está a mudar a nível mundial e essas empresas sentem necessidades de cumprir regras de “compliance”. É claro que também existem benefícios fiscais para se registarem na Madeira, mas são cumpridas todas as normas exigidas pela Organização Marítima Internacional.

**A nova lei do mar, que dá mais poder às regiões autónomas, acabou por ser aprovada à segunda vez, mas com os votos contra de deputados do PS, incluindo os da ex-ministra o Mar, Ana Pau-**

**la Vitorino. Esta nova lei, cedendo poder às regiões autónomas, não dificulta o planeamento de uma estratégia nacional para o mar?**

Não gosto de lhe chamar lei do mar. Trata-se da lei bases de ordenamento de espaço marítimo. Mas a verdade é que a torna mais democrática, exige um maior diálogo. Esta é uma lei da Assembleia da República, foi amplamente votada, e promulgada pelo Presidente da República. Dá, de facto, novas competências aos governos das regiões autónomas. Exige mais trabalho de concertação, mais diálogo, mas tem tudo a ver com trabalharmos num contexto de gestão partilhada dos nossos oceanos em benefício das populações e das comunidades de proximidade. Vamos ver como vai cor-

rer. Agora vamos trabalhar no decreto regulamentar.

### Mas está confortável com esta nova lei?

O programa do Governo identificou que havia aspetos a melhorar na lei de bases de ordenamento do espaço marítimo, sobretudo para que haja um melhor enquadramento da gestão partilhada com os governos regionais. Estão salvaguardadas as questões de soberania e defesa nacional e agora vamos trabalhar.

**Em setembro os fundos do Mar 2020 estavam 40% executados e 87% comprometidos com operações já aprovadas. É, ou não, uma taxa de execução baixa?**

Em algumas das medidas esta-

mos acima dos 100%. E estamos de facto com comprometimentos de 87%. Estas taxas são adequadas e permitem prever que o programa terá a sua realização total. Somos um dos países da União Europeia que tem melhor execução. Estes números, isso também é transmitido pela Comissão Europeia, estão dentro do que é comum. É preciso referir que este programa começou tarde, com um ano de atraso.

### Quando espera ter a Estratégia para o Mar concluída e pronta a apresentar?

Teremos o documento consolidado concluído em dezembro. Depois terá de ir a Conselho de Ministros. Gostaria muito de o ter pronto para ser publicado a 1 de janeiro. ■